

O DISCURSO HEGEMÔNICO DA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR E O TRABALHO NA INDÚSTRIA AVÍCOLA DO OESTE DO PARANÁ: PERTINÊNCIA E CONTRARIEDADE

Rosane Toebe Zen (UNIOESTE)

RESUMO:

A análise dos Planos Plurianuais (PPAs) das gestões governamentais de 1996 a 2003 revelam que as políticas públicas de formação do trabalhador estiveram, naquele período, assentadas em atividades que objetivaram o empreendedorismo e a empregabilidade. O empreendedorismo é compreendido como a capacidade que o sujeito desenvolve para o fim do auto-emprego; enquanto a empregabilidade consiste no desenvolvimento de aptidões e capacidades que visam a polivalência, tornando o candidato apto à realização de múltiplas tarefas e ampliando a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. Este trabalho realiza o exercício de cotizar os elementos presentes no discurso hegemônico da formação do trabalhador (aqui representado pelos relatórios de gestão do governo federal - PPA's), e as condições de trabalho observadas no exercício da atividade avícola. A pesquisa realizada numa indústria avícola da região oeste do Paraná revela que a formação formal não consiste em critério para a contratação de operários e avicultores. Entretanto, as noções de empreendedorismo e empregabilidade são conceitos ideológicos que se fazem presentes. O empreendedorismo se manifesta principalmente na atividade desempenhada pelos avicultores, que tem sua renda ditada pela produtividade, sendo, por isso, diretamente responsabilizado pelos resultados produtivos alcançados; e a empregabilidade é uma cobrança feita aos operários, embora o trabalho realizado seja predominantemente repetitivo e destituído de sentido cognitivo.

INTRODUÇÃO

Este texto reúne as considerações de duas pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa Trabalho, Estado, Sociedade e Educação – GP-TESE¹. A primeira pesquisa recebeu como título “Os sentidos da formação profissional presentes nos planos plurianuais dos anos 1990” e constitui parte de uma pesquisa maior, “O Estado da Arte da Formação do Trabalhador no Brasil”. Este estudo contribui na compreensão dos sentidos e das finalidades que o Estado – representado nos diferentes períodos por diferentes grupos no poder – atribui à formação profissional. Na realização deste exercício foram estudados os PPA's: Brasil em Ação (1996/1999), referente à primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso; Avança Brasil (2000/2003), da segunda gestão do mesmo, e Brasil de Todos (2004/2007), documento orientador da primeira gestão do presidente Luis Inácio

¹ O referido grupo de pesquisa está cadastrado no CNPq desde 2003 e vincula-se institucionalmente à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Lula da Silva. O recorte temporal – década de 1990 como marco inicial – se justifica em virtude de ser este o período que marca alinhamento econômico-político do Brasil ao capitalismo em nível mundial, fundado na ideia da globalização e da participação competitiva na divisão internacional do trabalho. Os planos plurianuais a partir dos anos 1990 condensam, de forma orgânica, articulada e em perspectiva, as intencionalidades governamentais referentes ao desenvolvimento do país, incluindo aquelas que se vinculam às políticas de formação e qualificação do trabalhador. Entende-se, portanto, neste texto, que os sentidos da formação do trabalhador presentes nos PPA's expressam o preceito hegemônico atribuído à questão (CÊA, *et al.* 2004; ZEN, 2007).

A segunda pesquisa realizada pelo GP – TESE recebeu o seguinte título: “Processo de Trabalho em Frigoríficos da Região Oeste do Paraná: Trabalho, Educação e Saúde”. Desta pesquisa serão apropriadas as considerações de duas das várias produções onde os resultados parciais da pesquisa são apresentados. Na publicação intitulada “Atuação dos Trabalhadores nos Frigoríficos da Região Oeste do Paraná: as qualificações requeridas” se identificam os principais atributos que as agroindústrias processadoras de aves da região oeste do Paraná requerem dos trabalhadores para a atuação na indústria do frango (FINKLER e CÊA, 2007; 2009). Outra pesquisa vinculada ao mesmo projeto foi desenvolvida junto aos avicultores, responsáveis pela produção das aves, matéria-prima da indústria do frango. Dentre outras considerações, os dois estudos revelam que a escolarização formal não constitui requisito de admissão por parte da agroindústria, seja no que toca a contratação de operários que atuam na indústria, ou na integração de avicultores responsáveis pela engorda do frango.

A partir da eleição dos estudos que servirão de base para esta produção, esta discussão é movida pelos seguintes questionamentos: os sentidos da formação para o trabalho identificados nos Planos Plurianuais se materializam na observância aos requisitos cobrados pela indústria avícola do oeste do Paraná dos seus operários e avicultores? Ou ainda, colocado de outra forma: a formação que hegemonicamente tem sido cobrada do trabalhador em geral é de fato requerida por este importante setor industrial?

A tarefa a que este artigo se propõe é identificar a pertinência e a contrariedade entre as dimensões propositivas do âmbito do Estado para a formação do trabalhador e os requisitos que são colocados aos avicultores enquanto aptidões necessárias ao exercício da atividade na agroindústria.

A IMPORTÂNCIA DO SETOR AGROINDUSTRIAL AVÍCOLA

A produção avícola nacional conquistou grande espaço no mercado internacional na virada do milênio. Segundo dados da OCEPAR (2006, p.1), em 2004 o país assume a posição de maior exportador de carne de frango do mundo. Aveword (2009, p.1), em notícia veiculada, informa que em 2008 as exportações do produto geraram uma receita de 6,9 bilhões de dólares, o que representou um aumento de 40% frente a 2007. Este crescimento sofreu retrocesso em 2009 em razão da crise financeira mundial². Segundo Moreira (2009, p.1), a queda das exportações de frango não ocorreu pela falta de demanda por alimentos, mas pela falta de liquidez de alguns dos mais importantes mercados compradores. Estima-se, assim, que no ano passado, o crescimento nas exportações não tenha atingido os patamares registrados nos anos anteriores, embora essa projeção não diminua o peso e a importância econômica do setor.

Apesar de ser o segundo maior produtor mundial (10,2 milhões de toneladas em 2007, contra 16 milhões de toneladas produzidas pelos Estados Unidos), o Brasil lidera o *ranking* de exportações de frango (3.286 milhões de toneladas exportadas em 2007, contra 2.618 milhões de toneladas exportadas pelos Estados Unidos). Ao final de 2007 o Brasil chegou a um total de 150 mercados compradores, e uma participação de 40% no comércio internacional de carne de frango. Juntos, Brasil e Estados Unidos abarcaram cerca de 75% do mercado mundial de carne de frango em 2007 (UBA, 2007, p. 26).

O Paraná é o maior estado produtor de frangos para abate do país, e divide com Santa Catarina a liderança na exportação. A carne de frango é o segundo produto mais exportado do estado, perdendo somente para a soja. A produção de frango do Paraná foi responsável, em 2008, por 25% da produção nacional, com o abate de mais de um bilhão de aves, média mensal que supera 86 mil cabeças (UBA, 2007, p. 41). De acordo com a OCEPAR (2006, p. 1), a avicultura emprega no estado, 60 mil pessoas diretamente em granjas, frigoríficos e incubatórios; e indiretamente é responsável por mais de 550 mil postos de trabalho.

Na região oeste do Paraná, onde está situada a agroindústria nas quais os dados foram coletados, a importância do setor é ainda mais relevante: são oito unidades de abate e processamento avícolas. O segmento é o maior gerador de empregos da região,

² A atual crise teve início aproximado em julho de 2007 com a crise imobiliária norte-americana, e desembocou em 2008 na crise financeira mundial. Para conhecer melhor as causas, efeitos e desdobramentos da crise, indicamos a leitura de MÉSZÁROS, István. **A crise em desdobramento e a relevância de Marx.**

responsável por 13,83% da mão-de-obra industrial empregada em 2003 (MUROFUSE *et al*, 2008, p. 12).

A agroindústria onde foram realizadas as pesquisas – que tiveram por objetivo compreender os requisitos exigidos para a contratação de operários e de integração dos avicultores – trata-se de uma unidade que pertence a uma das maiores empresas nacionais do setor – A Sadia S.A.. A empresa emprega mais 60.580 trabalhadores em todo o território nacional, possui 11 indústrias de grande porte e 19 filiais comerciais no Brasil, além de uma unidade comercial na Argentina e representações no Uruguai, Paraguai e Chile. Mantém escritórios comerciais em Milão, Tóquio e Dubai e uma churrascaria em Pequim. Os produtos [...] são distribuídos no mercado interno em 90 mil pontos de venda (COSTA e SILVA, 2007, p. 2).

Os números que dão à empresa a condição de líder no setor avícola podem ser assim apresentados:

[...] maior produtora brasileira de alimentos semi-prontos e industrializados, terminou o primeiro semestre de 2007 com um lucro líquido de R\$ 205,5 milhões enquanto no mesmo período do ano passado o lucro foi de R\$ 84,5 milhões. O faturamento da empresa neste mesmo período foi de R\$ 4,5 bilhões, aumento de 26,6% sobre igual período de 2006. O faturamento com o mercado externo registrou alta de 41,2%, chegando a R\$ 2,08 bilhões, enquanto no mercado interno a alta foi de 16,1%, atingindo R\$ 2,3 bilhões. Para os próximos 18 meses a Sadia anunciou investimentos de R\$ 2 bilhões, para atingir a meta de dobrar o faturamento em cinco anos. Os recursos serão aplicados no segmento de industrializados (R\$ 720 milhões), na construção da unidade industrial de Lucas do Rio Verde (R\$ 640 milhões), no segmento bovinos (R\$ 130 milhões) e em projetos de expansão e ampliação de unidades (COSTA e SILVA, 2007, p. 2).

Estes dados revelam que, apesar do capital atingir desde as últimas décadas do século XX o seu estágio de consolidação monopólico, onde a produção, a circulação e o consumo são, em maior ou menor medida, dependentes do capital financeiro, não significa que os setores produtivos da economia tenham deixado de produzir e acumular capital. O setor produtivo – que aí inclui a produção agropecuária – veio se adequando às novas regras do jogo: buscou ampliar a exploração através da reestruturação produtiva, e, seguindo a tendência de solidificação de grupos hegemônicos, veio concentrando atividades e segmentos nos monopólios.

A ologopolização do setor deu mais um passo em 20 de maio de 2009, quando os diretores da Sadia e da Perdigão anunciaram o que denominam de “fusão” das duas

empresas, criando a Brasil Foods. A razão pela qual utilizamos o termo fusão *entre aspas* reside no fato de que, pelos detalhes da transação, a Perdigão detém 68% das ações da nova empresa, enquanto a Sadia, com 32%. Estes dados revelam que, de fato, a Brasil Foods surge da incorporação da Sadia pela Perdigão: “No processo de fusão previsto, a Perdigão muda de nome para BRF e a Sadia para HFF, e em seguida ocorre a incorporação das ações da HFF pela BRF” (ADMINISTRADORES.COM, 2009, p. 01).

Quando o processo de incorporação estiver consolidado, a Brasil Foods será a décima maior empresa de alimentos das Américas, a segunda maior indústria alimentícia do Brasil e a maior produtora e exportadora mundial de carnes processadas. Será a terceira maior empresa industrial brasileira (perderá somente para Petrobras e Vale) e a maior empregadora privada do país, com cerca de 119 mil funcionários e 42 unidades industriais. As exportações de produtos da empresa atingirão os R\$10 bilhões por ano, e o faturamento anual líquido deverá atingir a cifra de R\$ 22 bilhões (ADMINISTRADORES.COM, 2009, p. 01).

Neste panorama, a nova empresa reflete a capacidade e propriedade do capital produtivo de reproduzir a lógica do capitalismo recente. Da mesma forma que a grande rentabilidade do setor avícola é inegável, também o é a afirmação de que não são os ricos empresários os sujeitos responsáveis pela geração desta riqueza: os trabalhadores é que o são. Sendo assim, nos próximos parágrafos serão apresentados brevemente os elementos mais importantes do processo de produção avícola assim como também serão identificados os sujeitos que movem este importante setor.

OS TRABALHADORES DO SETOR AVÍCOLA

Dentre tantas outras características que fazem do setor avícola um interessante objeto de estudo, um deles merece destaque: a produção de aves acontece em duas fases distintas: uma rural, onde acontece a engorda das aves para o posterior abate; e outra urbana, onde as aves são industrializadas e transformadas em produto de comercialização em larga escala.

De forma hipotética, pode-se afirmar que na fase urbana-industrial predomina o taylorismo/fordismo como forma de organização do trabalho, em função da característica rigidez do processo; e que na fase rural predomina o trabalho de tipo flexível, pois os avicultores realizam uma atividade terceirizada na produção de matéria-prima para a indústria.

A afirmação de que o taylorismo/fordismo consiste na forma de organização do trabalho predominante na fase industrial do processo de produção avícola se faz a partir

dos dados fornecidos por Finkler e Cêa (2007), no qual a unidade industrial de abate e beneficiamento de frangos da Sadia S.A. de Toledo-PR foi objeto de análise. As atividades que concentram a maior parte dos trabalhadores que atuam diretamente no processo são assim apresentadas pelas autoras:

[...] descarregamento, pendura das aves vivas, sangria, escaldagem, depenagem, pendura das aves, evisceração (retirada de miúdos), espostejamento (corte das partes das aves), desossa (peito, coxa, asa), resfriamento. Todas as etapas envolvem a pesagem, embalagem e congelamento dos produtos [...].

O ritmo de trabalho é ditado pela esteira que leva a peça até o trabalhador; este fica fixo no seu posto de trabalho e desempenha uma única tarefa repetidas vezes. [...]

Para se ter uma idéia do ritmo de trabalho, o corte de uma perna de frango é realizado pelos trabalhadores num tempo de 19 segundos e 7 centésimos, cumprindo a meta estabelecida pela empresa de três cortes de perna por minuto (AP-LER, 2007, p. 1). Outras metas podem ser citadas: evisceração de 14 frangos/minuto (puxar repetidamente para retirar e separar os miúdos); corte de 25 asas de frango por minuto; retirada de 19 pontas de asas por minuto; corte de filés em até 10 segundos; produção de 9 mil aves/hora (FINKLER e CÊA 2007, p.8-9).

Os operários que atuam nesta Unidade se revezam em turnos de 8 horas e 48 minutos, durante cinco dias por semana. Isso para dar conta do funcionamento da empresa, que mantém suas atividades durante as 24 horas por dia, sete dias da semana (NELI, 2006).

A partir destas descrições é possível afirmar que os trabalhadores que operam a indústria avícola são operários na acepção clássica do termo: recebem salário, cumprem jornada de trabalho e desempenham no processo atividades bem específicas.

Já os avicultores consistem numa categoria que ainda merece ser estudada mais de perto. A produção avícola no Brasil ocorre sob a predominância da parceria que se estabelece entre produtores rurais (avicultores) e as agroindústrias. A ideia de parceria consiste no fornecimento, por parte da agroindústria da ração, assistência técnica e aves de um dia ao produtor rural, que, por sua vez, devolve o animal em ponto de abate. Para que o avicultor possa desempenhar essa atividade, ele viabiliza as instalações necessárias: construção de galpões, aquisição de equipamentos e dos demais instrumentos e utensílios de trabalho.

Depois que o pintainho nasce, a indústria a entrega, ainda no mesmo dia, ao avicultor, responsável pelos cuidados relativos ao crescimento e engorda. Uma vez no aviário, lá permanece até atingir o tamanho de abate, período que varia de 35 a 60 dias (o

que depende do destino do produto). Passado o tempo previsto, as aves são recolhidas e enviadas ao frigorífico para o abate. Todas as fases do processo precisam ser mantidas em sincronia para evitar falhas: o nascimento dos pintos precisa estar sincronizado com o cronograma de alojamento das aves nas propriedades dos avicultores. O processo de engorda das aves precisa estar concluído dentro do tempo estipulado para envio à indústria, que necessita desta matéria-prima para operar.

O setor avícola é um exemplo de que o capital busca novas dimensões para valorizar-se fora do núcleo tradicional produtivo (o espaço da fábrica), ao integrar os pequenos produtores rurais numa das etapas do processo – engorda das aves – que é tão importante quanto a industrial – processamento e embalagem do produto.

Os novos espaços produtivos ocupados pela indústria avícola revelam que o capital não abdica em nenhum momento do controle do processo, pois as novas formas de trabalho ali executadas indicam uma nova forma de precarização³ do trabalho. Entende-se que a propriedade do avicultor consiste em um novo espaço produtivo, onde também ocorre valorização do capital que pertence à indústria, tendo em vista que o produtor rural recebe a ave na fase incipiente da vida (quando vale não mais do que alguns centavos) e a devolve à indústria em fase de abate (quando já atinge considerável valor comercial). Na indústria produto é mais uma vez valorizado no processo de abate, beneficiamento e embalagem, trabalho que por sua vez é executado pelo operário industrial.

Entendendo a dinâmica do funcionamento da agroindústria, é possível considerar que os trabalhadores deste setor, tanto os que atuam na fase rural como na fase urbana do processo, são expropriados de suas capacidades físicas e também têm a sua subjetividade capturada nesta lógica produtiva. Os avicultores, no desempenho da sua função de criar os frangos até o abate, dedicam sua atenção a esta atividade durante as 24 horas do dia, inclusive interrompendo o sono várias vezes durante a noite para verificar se as condições climáticas e alimentares das aves estão dentro dos níveis adequados. Também os operários

³ A partir da pesquisa que resultou em dissertação de mestrado (ZEN, 2009), compreende-se que: a) os avicultores, embora não exerçam sua atividade no espaço da indústria, tem, mesmo assim, o seu trabalho controlado, o que ocorre tanto por meio da assistência técnica, quanto pelas inúmeras exigências que devem ser cumpridas na relação de integração; b) os avicultores são instigados a investir constantemente na aquisição de equipamentos e instrumentos, o que lhes consome grande parte da renda, mas, se não realizam os investimentos solicitados, sofrem a ameaça do desligamento da empresa; c) os avicultores desconhecem o valor que receberão a cada lote pois a base de cálculo que determina a renda é tão complexa que acaba sendo de uso e domínio exclusivo da empresa; d) os avicultores não decidem que tipo de aves vão criar, quanto tempo ficarão com as aves alojadas em suas instalações, e tampouco, quanto tempo será o intervalo entre um lote e outro. Os fatores aqui elencados permitem compreender que estes sujeitos sofrem as condições precárias de trabalho na sua relação com a empresa.

atuam na indústria se revezando em turnos para atender à produção, num ritmo de trabalho que é ditado pela esteira, atendendo a metas “desafiadoras da capacidade humana, exigindo o desenvolvimento constante de habilidades e destrezas manuais” (FINKLER e CÊA, 2007, p. 07).

As autoras identificam também a adesão “espontânea” dos operários pelo trabalho a ser desenvolvido,

evidenciando a captura da subjetividade dos mesmos pela dinâmica empresarial (ALVES, 2000; ANTUNES, 2005), diminuindo e contendo conflitos entre empregados e empregadores. Ao que tudo indica, o limite dessa adesão é o desgaste da força de trabalho, a ponto de um contingente cada vez maior de trabalhadores tornar-se incapaz de desempenhar atividades físicas, para além do espaço laboral, por terem sua saúde ceifada pelo processo de trabalho nos frigoríficos (FINKLER e CÊA, 2007, p.11).

Tendo até aqui tecido algumas considerações acerca das atividades desempenhadas pelos trabalhadores da agroindústria avícola, na próxima fase o texto buscará tratar da concepção da formação do trabalhador difundida na sua acepção hegemônica, o que será apreendido por meio dos documentos oficiais que orientam as ações de governo na esfera federal: os Planos Plurianuais.

A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO OS PLANOS PLURIANUAIS

A análise empreendida neste estudo permite indicar que a formação profissional ganha dois sentidos fundamentais nos Planos Plurianais implementados a partir dos anos 1990: um sentido econômico e outro político.

O sentido econômico se alça por duas dimensões. A primeira, visando atender os interesses do capital, se pauta na ampliação da capacidade de exploração do capital sobre o trabalho por meio do conceito da empregabilidade. O trabalhador com nível maior de instrução e mergulhado na eterna cobrança por qualificação torna-se mais produtivo e polivalente, capaz de realizar inúmeras tarefas no exercício de sua profissão. A segunda dimensão econômica é voltada para os trabalhadores, que tem no empreendedorismo seu principal conceito. Esta dimensão revela a aceitação e naturalização do desemprego como uma consequência inevitável da reestruturação produtiva das empresas com vistas à maior inserção no mercado internacional e busca no auto-emprego uma solução para este problema. O trabalhador pode, assim, gerar sua própria fonte de renda, sem vínculo

emprego formal.

Embora não haja compromisso efetivo dos PPAs com a criação de empregos por meio da expansão dos setores econômicos, a indicação de que é necessário encontrar formas alternativas de trabalho pode revelar a preocupação dos governos em evitar que a classe trabalhadora atinja níveis extremos de miserabilidade, o que poderia ter enormes custos sociais e políticos.

O sentido político mais geral da formação profissional presente nos PPAs analisados reside na exoneração das funções do Estado, tanto na elaboração de políticas que visem a ampliação do número de vagas no mercado de trabalho, tanto no financiamento das políticas de formação para o trabalho. Os governos a partir dos anos 1990 revelam, por meio de seus planos, o consenso ideológico em torno da inevitabilidade e naturalização do desemprego e da qualificação profissional como principal meio do trabalhador escapar desta indesejável situação. O Estado se abstém, diante desta realidade, buscando mostrar que faz sua parte, incentivando os programas de qualificação que podem ampliar a empregabilidade do trabalhador.

Apesar dos Planos tornarem-se mais amplos e abrangentes de governo a governo, é o primeiro PPA – Brasil em Ação – que revela com maior clareza aquilo que o governo deseja para o país. A partir do Plano Avança Brasil, os objetivos reais são aparentemente transfigurados, nebulosamente encobertos de ideologias que cumprem a função de tornar estes ‘reais objetivos’ menos virulentos aos anseios sociais. O Plano Brasil de Todos, do governo Lula, apesar de, em diretrizes gerais, ter dado continuidade às políticas neoliberais – destaque-se entre as políticas neoliberais do governo Lula a primeira fase da reforma trabalhista e da previdência; a manutenção do superávit primário para o pagamento da manutenção da dívida pública – teve um apelo mais popular do que desejaram os neoliberais “clássicos”.

Os sentidos da formação profissional presentes nos Planos oficiais de governo revelam muito sobre a qualificação que tende a ser requerida dos trabalhadores no mercado de trabalho... ou não? Na próxima fase do texto serão apresentados os dados que revelam que requisitos são exigidos de operários e avicultores na agroindústria, e em que medida tais atribuições correspondem às exigências de qualificação que são hegemonicamente difundidas.

EMPREENDEDORISMO E EMPREGABILIDADE: PERTINÊNCIA E CONTRARIEDADE ENTRE O ENSEJO HEGEMÔNICO DA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR E O TRABALHO NA INDÚSTRIA AVÍCOLA

Neves et. al. (2005) trouxeram aos estudos das relações entre sociedade, estado e educação uma grande contribuição com “A Nova Pedagogia da Hegemonia”, obra que nos faz entender que este novo ideário atravessa todos os âmbitos da sociabilidade, criando a falsa noção de que o trabalho é individual, e não social⁴. Os Planos Plurianuais são explícitos neste intento, e revelam em que medida o Estado pretende transformar a conquista do posto de trabalho num mérito individual do trabalhador, razões pelas quais os conceitos de empreendedorismo e empregabilidade são tão acentuados no que refere aos fins da formação e qualificação profissional.

A nova pedagogia da hegemonia se reflete também na forma como as agroindústrias fazem a extração da mais-valia de seus trabalhadores. Ela conseguiu construir, no que se refere à gestão do trabalho, uma nova noção que envolve o fator controle da produção. Se no regime fordista o controle das atividades se dava por meio da supervisão e da coerção direta, na produção flexível a remuneração está diretamente vinculada à produtividade deste trabalhador. Se, portanto, no regime fordista o aumento da produtividade era fator de interesse exclusivo do empresário, no regime flexível, passa a ser também de interesse do trabalhador, já que sua renda depende da produtividade. No setor industrial de produção avícola, onde o trabalho é realizado coletivamente, também paira entre os trabalhadores o sentimento de responsabilidade pela produtividade, já que o seu emprego depende do sucesso da empresa, ainda que aí não se dispensem as medidas clássicas de controle de produção: esteira que determina a rapidez da realização das tarefas, supervisor, etc.

⁴ Neves et. al. (2005) identificam o que chamam de Pedagogia da Hegemonia como um processo intenso de conservação social, característico do atual movimento do capital em âmbito mundial. Nesse processo, a Pedagogia da Hegemonia funciona como um “[...] veículo que limita e emperra a construção e a veiculação de uma pedagogia da contra-hegemonia” (p. 29), de forma que o projeto de sociabilidade burguesa alcança um “[...] momento em que uma larguíssima faixa da população mundial aceita as relações sociais vigentes como a única solução possível de convivência social” (p. 32). Assim, mais precisamente, “[...] a nova pedagogia da hegemonia estimula a pequena política em detrimento da grande política, propiciando, contraditoriamente, à classe trabalhadora a realização da grande política da conservação” (p. 35). A difusão desse ideário tem “[...] como tarefa fundamental promover a desvalorização da igualdade enquanto valor primordial da convivência social e, em seu lugar, consolidar a liberdade individual como valor moral radical” (p. 37).

Reside, neste fator, um elemento da ideologia que acompanhou todo o processo de reestruturação produtiva, em função de uma de suas maiores consequências – os altos índices de desemprego – e que têm nas noções de empreendedorismo e empregabilidade seus principais apelos. Consiste na indicação de que a responsabilidade pela inserção produtiva dos sujeitos deve ser atribuída a eles próprios. Esta noção vale tanto para os operários na indústria avícola como para os avicultores a ela integrados.

A instrução formal é dispensada da condição necessária ao exercício da atividade produtiva na avicultura, e tanto os operários da agroindústria quanto os avicultores efetivamente aprendem a fazer o que fazem no próprio processo da produção. O único aprendizado formal identificado como importante na relação de integração refere-se aos domínios rudimentares da leitura e da escrita, necessários para a assinatura do contrato e o preenchimento das informações referentes ao controle da produção (fichas e formulários).

No que se refere à formação dos trabalhadores industriais da Sadia S.A., o estudo de Finkler e Cêa (2007) nos revela que a empresa impõe à contratação de seus funcionários condições que se restringem à condição de saúde e à resistência física dos candidatos. Numa analogia muito precisa que ao mesmo tempo causa indignação, as autoras comparam os critérios de seleção dos trabalhadores da agroindústria com aqueles utilizados pelos latifundiários de séculos atrás para a compra dos seus escravos:

Essa dura realidade remete a um tempo pretérito, marcado pelo trabalho escravo, onde a mercadoria força de trabalho era escolhida por seus atributos físicos, condizentes com as tarefas a serem realizadas, e era vista como um objeto a ser utilizado até o seu completo esgotamento físico, a ponto de se tornar imprestável não só para o trabalho, mas para todas as demais dimensões da vida. Uma situação nada sadia (FINKLER e CÊA, 2007, p. 14).

Na escolha dos integrados, tampouco a escolarização dos agricultores é utilizada como critério. Os fatores determinantes da seleção dos integrados são os circunscritos à condição econômica dos sujeitos, que lhes possibilitam realizar os investimentos necessários para construir e equiparem os aviários. Na relação que estabelece com a agroindústria, o avicultor lhe fornece uma *força produtiva* – resultado da soma da sua força de trabalho e instrumentos de produção.

A pertinência do discurso hegemônico da formação do trabalhador no que concerne à produção avícola está em lhe atribuir aos trabalhadores na indústria a responsabilidade individual pelo ingresso no mercado de trabalho, e aos avicultores, o compromisso com a elevação da produtividade, tendo em vista que sua renda está diretamente relacionada ao

volume e qualidade da produção.

Ao conhecer os critérios para a contratação na agroindústria percebe-se que há, também, a contrariedade em relação ao discurso hegemônico. Sim, porque nos Planos Plurianuais o empreendedorismo e a empregabilidade preveem a elevação do nível de escolarização dos trabalhadores. Ainda que o acesso a níveis mais elevados de instrução formal custe à maioria dos trabalhadores, pois a precariedade das condições da oferta de ensino de caráter público e gratuito neste país é mais do que bem conhecida, entende-se, sem adentrar nos melindres desta cobrança, que ao menos a classe trabalhadora tem algum ganho durante o processo formativo, o que consiste justamente na possibilidade de gozar dos títulos que porventura vier a conquistar. Já no caso da avicultura, a escolarização sequer é cobrada dos seus trabalhadores, revelando que alguns setores do capitalismo atual são capazes de ampliar seus lucros – mesmo em tempos de economia globalizada e de altos investimentos tecnológicos na produção – sem elevar o nível de capacitação dos seus trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRADORES.COM. **A criação da Brasil Foods em detalhes**. Notícia veiculada em: 22/05/2009. Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/a_criacao_da_brasil_foods_em_detalhes/30185/

AVEWORD. **Frango: Exportações brasileiras cresceram 11% em 2008**. Notícia veiculada em 13/01/2009. Disponível em: <<<http://www.aveworld.com.br/index.php/documento/5894>>> Acessado em 15/01/2008.

BRASIL, 1996. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual Brasil em Ação**. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/PPA1996/APRESENT.HTM Acesso em 26/02/2007.

BRASIL, 2000. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual Avança Brasil: Avaliação**. Disponível em: http://aval_ppa2000.planejamento.gov.br/content/programas/03/macro03.htm Acesso em 26/02/2007.

BRASIL, 2004. Ministério do Planejamento. **Plano Plurianual Brasil de Todos**. Disponível em: http://www.planobrasil.gov.br/arquivos_down/lei_10933anexoI.pdf
Acesso em 26/02/2007.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos; SCIMIONI, Jane Terezinha e ZEN, Rosane Toebe. **A Formação do trabalhador no contexto dos Planos plurianais** – Primeiras Aproximações. Trabalho apresentado na XVII Semana de Educação, 2004, Cascavel-PR. Anais da XVII Semana da Educação, 2004. p. 509-515. ISBN 857644026-1.

COSTA, Dalla Armando João; SILVA, I. M. **A Sadia e a Internacionalização do agronegócio paranaense**. IN: Anais do V ECOPAR - Encontro de Economia Paranaense, 2007, Curitiba. Curitiba: Editora do IPARDES, 2007. v. 1. p. 1-19.

FINKLER, Anna Luísa; CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. **Atuação dos trabalhadores nos frigoríficos da região oeste do Paraná: as qualificações requeridas**. : ANAIS do 3º Seminário Nacional de Políticas Sociais no Brasil. UNIOESTE – Campus de Cascavel-PR, 23 a 25 de agosto, 2007; Revista da RET – Rede de Estudos do Trabalho. Ano III, n. 05, 2009. Publicação *on line*.

MÉSZÁROS, István. **A crise em desdobramento e a relevância de Marx**. Disponível em:
<<www.pcb.org.br/crise_desdobramento.pdf>>. Acessado em: 15/01/2009.

MOREIRA, Camila. **Abef vê expansão menor da exportação de carne de frango em 2009**. Notícia veiculada pela agência Reuters. Disponível em: <<
http://br.noticias.yahoo.com/s/reuters/090113/economia/negocios_commods_frangos_atua_1>>. Acessado em 15/01/2009.

MUROFUSE, Neide [*et al.*] (orgs.) **Cartilha sobre saúde do trabalhador**: fique de olho para não entrar numa fria: cartilha para trabalhadores de frigoríficos. Cascavel: Gráfica Universitária – Unioeste, 2008.

NELI, Marcos Acácio. **Reestruturação produtiva e saúde de trabalhador**: um estudo com os trabalhadores de uma indústria avícola. Dissertação apresentada ao Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2006 (*mimeo*).

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OCEPAR. Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Notícias**. Disponível em: <<<http://www.ocepar.org.br/ocepar/index.html>>>. Acesso em 19/01/2006

UBA – União Brasileira de Avicultura. **Relatório Anual 2006/2007**, 2007. Disponível em: <<http://www.uba.org.br/ubanews_files/relatorio_uba_06_07_baixa_1.pdf>>. Acesso em 12/05/2008.

ZEN, Rosane Toebe. **O processo de Trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A.: Controles, mediações e autonomia**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação (PPGE) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação. Cascavel – PR, março de 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=87466>. Acessado em: 28/09/2009.